

LUIS ANTONIO MONTEIRO DE BRITO

## DIREITO AMBIENTAL MINERÁRIO

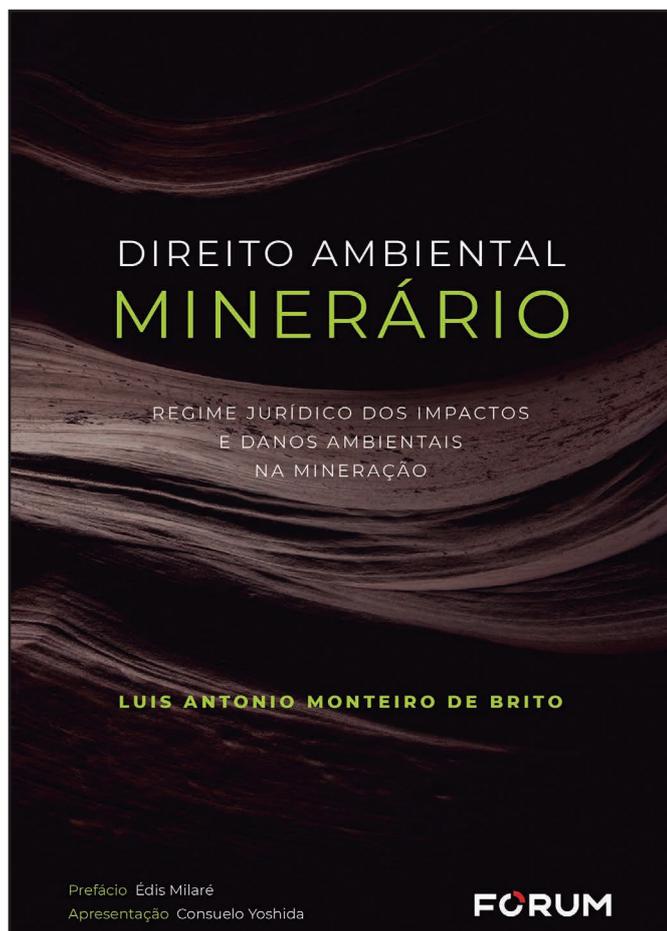
REGIME JURÍDICO DOS IMPACTOS E  
DANOS AMBIENTAIS NA MINERAÇÃO

*Prefácio*

Édis Milaré

*Apresentação*

Consuelo Yoshida



Este livro pretende realizar um estudo amplo do Direito Ambiental Minerário, analisando os principais instrumentos jurídicos de controle dos impactos ambientais negativos e dos danos ambientais provocados pela mineração.

Para isso, efetuou-se a diferenciação conceitual e a delimitação do regime jurídico de impactos ambientais negativos e danos ambientais em abordagem focada na mineração, mas com a definição de critérios que permitam que a distinção das categorias sirva amplamente para o direito ambiental.

A intenção é garantir fundamentos que permitam a identificação dos mecanismos de direito ambiental adequados para contraposição de cada uma dessas categorias jurídicas no âmbito da mineração, evitando os frequentes equívocos ocorrentes tanto em nível doutrinário quanto, principalmente, da prática jurídica, motivados, em muito, pela falta de controle conceitual suficiente, que se objetiva efetivar nesta obra.

### Área específica da obra

Direito Ambiental

### Áreas afins do livro

Direito Minerário; Direito Administrativo;  
Direito Constitucional; Direito Econômico;  
Ciência Econômica.

### Público-alvo/consumidores da obra

Principalmente profissionais (advogados, promotores e juízes) e estudantes de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), podendo também alcançar estudantes de graduação.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001854

B862d Brito, Luis Antonio Monteiro de

Direito Ambiental Minerário: regime jurídico dos impactos e danos ambientais na mineração / Luis Antonio Monteiro de Brito.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

351 p. E-book.

ISBN: 978-65-5518-082-4

1. Direito Ambiental. 2. Direito Minerário. 3. Direito Administrativo. I. Título.

CDD 344.046

CDU 349.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRITO, Luis Antonio Monteiro de. *Direito Ambiental Minerário: regime jurídico dos impactos e danos ambientais na mineração*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. E-book. ISBN 978-65-5518-082-4.

### **Luis Antonio Monteiro de Brito**

Doutor em Direito Ambiental (PUC-SP). Mestre em Direito (UFPA). Especialista em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade (PUC-SP). Coordenador da Especialização em Direito Agroambiental e professor da Graduação em Direito do CESUPA. Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB/PA. Diretor Norte da União Brasileira de Advocacia Ambiental. Sócio do Monteiro de Brito & Oliveira Advogados.

# SUMÁRIO

## PREFÁCIO

Édis Milaré .....	11
-------------------	----

## APRESENTAÇÃO

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida .....	15
---	----

## INTRODUÇÃO

.....	19
-------	----

## CAPÍTULO 1

### CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS E DOS DANOS AMBIENTAIS NA MINERAÇÃO

.....	31
1.1 A Mineração como atividade economicamente estratégica .....	32
1.1.1 Reflexos econômicos da exauriência dos recursos minerais .....	33
1.1.1.1 Os recursos naturais não renováveis sob a perspectiva da Economia .....	37
1.1.1.2 Os minérios como “recursos comuns” .....	45
1.1.1.3 Mineração e suas externalidades .....	49
1.1.2 Evolução da dominialidade sobre os recursos minerais no Brasil e o atual regime de titularidade .....	61
1.1.2.1 Regime Regaliano (ou Dominial): titularidade da Coroa ou do Império .....	63
1.1.2.2 Regime de Acesso (ou Fundiário): unicidade dominial ( <i>cuius est solum, eius est usque ad coelum et ad inferus</i> ) .....	67
1.1.2.3 Regime de Concessão: retomada da dualidade dominial .....	72
1.1.2.4 A Constituição Federal de 1988 e a dupla (tripla ou quádrupla?) dominialidade .....	77
1.2 A mineração como atividade ambientalmente impactante .....	81
1.2.1 Mineração, desenvolvimento econômico-social sustentável e direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado .....	85
1.2.2 Os princípios de eficiência econômico-ambiental e o controle das externalidades .....	92
1.2.3 O minério como bem ambiental .....	101
1.2.3.1 Compreendendo o conceito de bem ambiental .....	102
1.2.3.2 Consequências da qualificação dos recursos minerais como microbens ambientais .....	107
1.2.4 A necessária intervenção no meio ambiente para realização da mineração .....	113
1.3 Caracterizando impacto ambiental negativo e dano ambiental .....	118
1.3.1 Contextualizando a discussão conceitual .....	118
1.3.2 Impacto e dano ambiental na legislação e na doutrina .....	122
1.3.3 Distinguindo os conceitos de impacto ambiental negativo e de dano ambiental .....	128
1.3.4 Critérios de distinção entre impacto ambiental negativo e dano ambiental .....	135

## CAPÍTULO 2

### INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA MINERAÇÃO

.....	141
2.1 Licenciamento ambiental: o principal instrumento de controle de impactos ambientais negativos .....	145
2.1.1 O licenciamento ambiental como instrumento de controle de impactos ambientais negativos .....	146
2.1.2 Controle de impactos ambientais negativos da atividade minerária pelo licenciamento ambiental .....	158
2.2 Os estudos ambientais e minerários e sua importância para o controle dos impactos ambientais negativos na mineração .....	166
2.2.1 Estudos ambientais aplicáveis à mineração .....	167
2.2.1.1 Mineração, impactos ambientais significativos e o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) .....	171
2.2.1.2 O que fazer quando a mina é encerrada? O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) .....	179
2.2.2 “Estudos minerários” e sua (possível) repercussão ambiental .....	186
2.2.2.1 O Relatório Final de Pesquisa (RFP), o indicativo de exequibilidade técnica e econômica e os fatores ambientais .....	187
2.2.2.2 O Plano de Aproveitamento Econômico (PAE) como o eixo de realização do empreendimento minerário e a influência de suas exigências ambientais .....	192
2.2.2.3 O Plano de Segurança de Barragem (PSB) como instrumento de mitigação de riscos envolvendo a gestão de rejeitos minerais .....	196
2.3 As medidas administrativas de compensação ambiental: contrapondo os impactos negativos com ações positivas .....	201
2.3.1 Caracterização das medidas compensatórias administrativas .....	201

2.3.2	Análise crítica da compensação ambiental da Lei do SNUC.....	208
2.3.3	As medidas compensatórias administrativas como instrumento de controle de impactos ambientais negativos na mineração.....	216
2.4	Os <i>royalties</i> minerários e sua função como compensação pelos impactos ambientais negativos da mineração.....	221
2.4.1	O que é <i>royalty</i> ?.....	222
2.4.2	A Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM.....	224
2.4.3	A CFEM, os princípios de eficiência econômico-ambiental e a compensação dos impactos ambientais causados pela mineração.....	229

### CAPÍTULO 3

REAÇÃO JURÍDICA AO DANO AMBIENTAL MINERÁRIO.....	237	
3.1	Caracterização jurídica do dano ambiental minerário.....	240
3.1.1	O que é dano?.....	240
3.1.2	O que é dano ambiental?.....	244
3.1.3	O que é dano ambiental minerário?.....	257
3.2	Reação reparatória ao dano ambiental minerário: a responsabilidade civil ambiental como estratégia prioritária.....	263
3.2.1	A responsabilidade civil ambiental na visão majoritária da doutrina e da jurisprudência.....	264
3.2.2	Reflexões críticas sobre dogmas da responsabilidade civil ambiental.....	271
3.2.2.1	Rediscutindo a teoria do risco integral e a amplitude do conceito de “poluidor” indireto.....	272
3.2.2.2	O ônus da prova em matéria de responsabilidade civil ambiental sob a égide do Código de Processo Civil de 2015.....	281
3.2.2.3	A inadequação da atribuição de caráter <i>propter rem</i> à responsabilidade civil ambiental.....	285
3.2.2.4	A prescritibilidade da pretensão jurídica de reparar danos ambientais.....	289
3.2.3	As funções da responsabilidade civil ambiental.....	299
3.2.3.1	Função reparatória: a essência da responsabilidade civil ambiental.....	301
3.2.3.2	Funções preventiva e pedagógica: efeitos incidentais ao dever de indenizar.....	304
3.2.3.3	Função punitiva: impossibilidade presente e perspectiva futura.....	308
3.3	Reações punitivas ao dano ambiental minerário: função preventivo-pedagógica das sanções e os métodos alternativos de indução à reparação.....	312
3.3.1	Responsabilidades penal e administrativa ambiental: direito punitivo e as finalidades da pena.....	313
3.3.2	O procedimento de conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.....	319
3.3.3	O condicionamento da transação penal e da suspensão condicional do processo ao prévio compromisso de reparação do dano ambiental.....	323
CONCLUSÃO.....	327	
REFERÊNCIAS.....	337	